

CONTRATO COMPAGAS N.º 095/2016

PUBLICADO	
DIOE nº	9817
DATA	01/11/2016

CONTRATO DE COTA DE PARTICIPAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS E ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ

A **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS**, sociedade de economia mista por ações, inscrita no CNPJ/MF, sob n.º 00.535.681/0001-92, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Hasdrúbal Bellegard, nº 1.177, CIC, doravante denominada **COMPAGAS**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente **Sr. FERNANDO GHIGNONE** e por seu Diretor Técnico-Comercial, **Sr. JOSÉ ROBERTO GOMES PAES LEME**, e, **ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ**, inscrita no CNPJ/MF n.º 75.036.210/0001-39, com sede na Rua Alberto Folloni, nº 543, 3º Andar, Bairro Ahu, CEP 80.540-000, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. FREDERICO MENDES JUNIOR**, portador do CPF nº 014.371.509-77, doravante denominado **CONTRATADO**, celebram o presente Contrato decorrente da Inexigibilidade 020/2016, com fundamento no artigo 35 da Lei Estadual 15.608/07, que se regerá pela referida Lei e pelas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição de Cota de Participação na confecção do volume 12 da Revistas Judiciária do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR DO CONTRATO E PAGAMENTO

- 2.1. Dá-se ao presente contrato o valor total, fixo e irrevogável, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- 2.2. O valor acima será pago através de depósito na conta corrente do CONTRATADO, no Banco do Brasil, Agência 3793-1, Conta Corrente 9634-2, da seguinte forma:
- 50% (cinquenta por cento) após a assinatura do contrato;
 - 50% (cinquenta por cento) após a entrega de relatório final bem como 5 exemplares da revista.

2.3 Os serviços executados serão pagos ao CONTRATADO mediante a apresentação dos seguintes documentos:

2.3.1 Certificado de Regularidade Fiscal – CRF - do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, emitido pelo sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços do Estado do Paraná.

2.3.1.1 O CRF suprirá a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, perante:

- I - A Fazenda Pública do Estado do Paraná;
- II - As Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa;
- III - Seguridade Social (INSS), relativa a Certidão Negativa de Débito/CND;
- IV - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), relativa ao Certificado de Regularidade de Situação/CRS;
- V - Justiça do Trabalho, relativa a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

2.3.1 Caso o CRF apresente alguma documentação vencida, o Contratado deverá apresentar também a respectiva Certidão dentro da validade.

2.4 Não serão efetuados pagamentos a CONTRATADOS que possuam pendências no CADIN – Cadastro Informativo Estadual, instituído pela Lei 18466/2015-PR e regulamentado pelo Decreto 1933/2015-PR, cuja regularidade poderá ser consultada no sítio (<http://www.cadin.pr.gov.br/>).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes dessa contratação estão previstas na conta 3400, subconta 400610.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 05 (cinco) meses contados de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 A COMPAGAS se obriga a:

- (i) efetuar o pagamento nos valores e prazos estabelecidos na Cláusula Segunda;
- (ii) fornecer o padrão da logomarca para aplicação nos itens pertinentes;

5.2 O CONTRATADO se obriga a:

- (i) cumprir e fazer cumprir o objeto deste Contrato, isentando a COMPAGAS por qualquer erro, engano, omissão, falha, que venha a ocorrer antes, durante ou depois do evento;
- (ii) reverter os recursos oferecidos pela COMPAGAS, para realização do objeto deste Contrato, mantendo-se fiel aos projetos constantes de sua proposta, que passa a fazer parte integrante do presente Contrato;
- (iii) não utilizar o nome, distintivos ou logotipo da COMPAGAS em outros materiais ou eventos alheios a este contrato, sem a autorização expressa da mesma;
- (iv) zelar pelo bom nome da COMPAGAS, abstendo-se de praticar atos que atentem contra a sua imagem ou produto
- (v) ter conhecimento da Lei nº 12.846/2013, de 1º de agosto de 2013, comprometendo-se em não praticar qualquer dos atos lesivos à Administração Pública elencados no Art. 5º, seus incisos e alíneas, seja durante o certame licitatório, seja no decorrer da execução do Contrato, estando ciente das penalidades previstas na referida legislação, além daquelas cominadas na Lei Estadual 15.608/07, Lei nº 8.666/93 e outras normas de licitações e contratos da Administração Pública;
- (vi) tomar ciência do “CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA” da COMPAGAS, disponível para download no sítio da COMPAGAS na Internet, <http://www.compagas.com.br/index.php/a-compagas/governanca>;
- (vii) não divulgar no lugar ou nas proximidades do local do evento anúncios de distribuidoras ou revendedoras de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP);
- (viii) inserir a logomarca da COMPAGAS no site da Revista Judiciária do Paraná
- (ix) inserir a logomarca da COMPAGAS no e-mail marketing da entidade;
- (x) inserir a logomarca da COMPAGAS no material de divulgação e folder eletrônico
- (xi) inserir a logomarca da COMPAGAS na edição nº 12 da Revista Judiciária do Paraná.
- (xii) entregar relatório final bem como 5 exemplares da revista.

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

Em caso de inadimplemento, total ou parcial, das condições estabelecidas neste contrato, o CONTRATADO ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratual fixado na Cláusula Segunda (subitem 2.1) por falta cometida, no limite máximo do valor do contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESCISÃO

7.1. Este contrato poderá ser rescindido pela COMPAGAS caso o CONTRATADO cometa infração a qualquer uma de suas obrigações, sem que para tanto seja necessária a notificação ou interpelação. Neste caso, além da devolução integral dos valores pagos, fica o CONTRATADO sujeito à multa da cláusula sexta, bem como às perdas e danos a que eventualmente der causa.

7.2 O CONTRATADO reconhece a possibilidade de rescisão administrativa nas hipóteses contidas no art. 129 e seguintes da Lei Estadual 15.608/07.

7.3 Este contrato poderá ser rescindido nas seguintes situações:

- a. mediante prévio e expresso acordo entre as partes;
- b. em caso de inadimplemento pelo CONTRATADO de qualquer das cláusulas deste contrato;
- c. por qualquer alteração da execução do objeto deste Contrato que resulte: (i) em prejuízo à COMPAGAS, ou (ii) na descaracterização do projeto, salvo mediante autorização expressa da COMPAGAS.

CLÁUSULA OITAVA – DOCUMENTOS CONTRATUAIS

8.1 Fazem parte deste contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- (i) Processo de Inexigibilidade nº020/2016;
- (ii) proposta para aquisição de cota de participação na confecção de duas Revistas Judiciária do Paraná – Volumes 12 e 13;
- (iii) quaisquer outros documentos que venham a ser assinados pelas Partes durante a vigência deste contrato.

8.2 Havendo qualquer discrepância entre as condições estabelecidas neste contrato e outros documentos contratuais, prevalecerão as dispostas neste contrato.

CLÁUSULA NONA – FORO

As partes elegem o foro da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento, em 2 (duas) vias, de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo subscritas.

Curitiba, 27 de setembro de 2016.

Pela **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS**


FERNANDO GHIGNONE
Diretor-Presidente


JOSÉ ROBERTO GOMES PAES LEME
Diretor Técnico-Comercial

Pela **ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ:**

FREDERICO MENDES JUNIOR
Presidente

Testemunhas:

A. Wong
NOME: Taziana Wong Beru
RG 5.139.120-9

Alana
NOME: Alana Moura Wulter
RG: 6330.190-4 PR